

37º Encontro Anual da ANPOCS
ST 31 Migrações, Trabalho e Capitais

Percursos e descaminhos da italianidade
no interior paulista

Oswaldo Truzzi (UFSCar e CNPq)

Percursos e descaminhos da italianidade no interior paulista

Oswaldo Truzzi (UFSCar e CNPq)

Algumas poucas cifras podem atestar a relevância dos italianos no estado de São Paulo e, em particular, no interior paulista. Na era das migrações em massa, dos mais de quatro milhões de imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1888 e 1939, os italianos representaram o maior grupo, perfazendo 34% dos ingressados no país (Nugent, 1995:125).

O período mais intenso de chegadas situou-se entre os anos de 1886 e 1900, quando os italianos representaram 57% de todos os imigrantes que entraram no Brasil (Trento, 1994: 251). Em 1902, o governo italiano, após tomar conhecimento das condições desfavoráveis de inserção dos italianos nas lavouras paulistas, proibiu a vinda de imigrantes com passagens subsidiadas, o que determinou uma diminuição significativa do fluxo. Neste ano, que registra provavelmente o ápice da presença relativa de italianos na população nacional, cerca de 600 mil italianos residiam no Brasil, segundo o demógrafo italiano Giorgio Mortara (1950).

No panorama nacional, o estado de São Paulo foi o destino de cerca de 70% dos italianos que vieram ao Brasil entre 1870 e 1920 (Alvim, 1986:118). Trento estimou 67% para a mesma cifra entre 1889 e 1919, observando que esta atinge seu ponto máximo na década de 1900 a 1909, com 79% (Trento, 1989:107). O censo realizado em 1920, quando o fluxo da imigração italiana ao Brasil não era mais tão expressivo, apurou 558.405 italianos no país, 71% dos quais residiam no estado de São Paulo. Tal cifra não toma em consideração os filhos de italianos já nascidos no Brasil, nesta época já bastante abundantes.

No estado, a imensa maioria dos italianos dirigiu-se para o interior, carreados para as lavouras cafeeiras em expansão. Holloway (1984:62) estimou que entre os anos de 1893 e 1910, nove em cada dez imigrantes que deixaram a hospedaria localizada no Brás, em São Paulo, dirigiram-se ao Oeste Paulista. Acumulavam-se, sobretudo, nas zonas

servidas pelas ferrovias Paulista e Mojiana. No eixo da primeira, a se tomar São Carlos como exemplo do que se passava em outros núcleos, 30% da população era nascida na Itália em 1907 (Censo de 1907, manuscrito). No eixo da Companhia Mojiana, Ribeirão Preto tornou-se, ainda no século XIX, graças à excelência de suas terras, o núcleo mais importante de produção cafeeira de todo o estado. Neste município, outro censo, ainda que toscamente realizado em 1902, apontava 21765 italianos habitando o município, o que correspondia a quase metade de sua população (Foerster, 1919: 316). Em outro eixo da expansão ferroviária, Oliveira (2008, p. 59) apurou que em 1902 em Jaú nasciam 80% mais crianças filhas de italianos do que de brasileiros. Por ocasião do censo de 1920, cerca de 400 mil italianos habitavam o estado de São Paulo, 77% dos quais eram domiciliados fora da capital.

Pode-se, obviamente, questionar a propriedade de uma discussão sobre italianidade no contexto específico do interior paulista. Este artigo toma um partido favorável a tal recorte, sem contudo deixar de reconhecer processos gerais que produziram impacto sobre as identidades de italianos e descendentes indistintamente na capital, no interior e, mais amplamente, em todo o Brasil. Não obstante, a expressão numérica dos italianos no interior paulista - muitas vezes ignorada, mais a produção acadêmica sobre o tema bastante centrada sobre o que ocorreu na capital, conjugadas a uma série de condicionantes peculiares ao mundo rural e às cidades interioranas paulistas justificam o recorte empírico aqui proposto.

2. Uma italianidade *made in* São Paulo (Background social, econômico e cultural dos imigrantes)

Apesar da chegada de contingentes de italianos a São Paulo desde a década de 1870, o passo decisivo foi dado em julho de 1886, quando famílias importantes da cafeicultura paulista fundaram a Sociedade Promotora da Imigração, destinada a incentivar a imigração estrangeira em larga escala para o estado. Inicialmente, a quase totalidade do fluxo foi composta por italianos, dando-se preferência à imigração de famílias.

Ao cabo de seus nove anos de atividade, a Sociedade Promotora de Imigração contratou e introduziu 266.732 imigrantes no estado, que obtiveram pronta colocação nas fazendas (Bianco, 1982, p.85). “Mudou também o próprio serviço de imigração do estado, que, com a sua dissolução em 1895, irá seguir a mesma forma de atuação, incorporando todo o *modus operandi* já estabelecido. Este quarto de milhão de pessoas permitirá que a lavoura cafeeira continue a se desenvolver e possa também expandir para as terras desocupadas do oeste paulista” (Santos, 2007).

Uma das características mais importantes de tal *modus operandi* era que as famílias imigrantes chegavam a São Paulo com passagens pagas pelo estado. De fato, entre os anos de 1888 e 1914, mais significativos para a chegada de italianos, a imigração subsidiada representou mais de 60% das entradas (Nugent, 1995:127). Alvim (1986:91), referindo-se a um período maior (entre 1893 e 1928), apurou que 73% das novas chegadas à Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo eram de imigrantes subsidiados.

A massa de imigrantes subsidiados compôs uma mão de obra muito pouco qualificada, em sua maior parte analfabeta¹ e, talvez por isso mesmo, disposta a ser explorada em troca de sua mera sobrevivência física. Por causa disso, tal política jamais foi adotada pelos Estados Unidos (embora tenham atraído muito mais imigrantes que o Brasil), e por apenas três anos pela vizinha Argentina.

Não há dúvida que, comparativamente, São Paulo atraiu o “pior” estoque de migrantes disponíveis, muitos dos quais não teriam sequer condições de se organizar para imigrar, não fosse o papel ativo da Sociedade Promotora da Imigração - e encampado em seguida pelo próprio governo paulista - em arrebanhar famílias próximas da miséria e dispostas a cruzar o Atlântico com passagens pagas pelo estado. Como por várias vezes esclareceu Martinho Prado, “o imigrante que vem para o Brasil em regra não tem recurso nenhum, são os que vivem na miséria em seu país; o que vai para a República Argentina é o que tem alguns recursos, algum capital (...) Emigra para o Brasil somente o indivíduo sem recurso, assaltado pela necessidade sob todas as suas formas, e o faz encontrando

¹ Bertonha (2005, p. 121) estimou em 80% o grau de analfabetismo na Itália ao final do século XIX, enquanto Foerster (1919, p. 96), referindo-se ao sul da Itália nos primeiros anos do século XX, afirma que três entre quatro habitantes de seis anos ou mais não sabiam ler ou escrever.

passagem gratuita ou reduzida, contentando-se com subsistência garantida e isenção de serviço militar para seus filhos” (apud Beiguelman, pp. 112 e 118).

Embora muito pouco qualificada, era uma imigração adequada aos propósitos das elites rurais que desejavam tão somente substituir a mão de obra escrava nas fazendas de café. “Esse desconhecimento inicial, entretanto, era irrelevante para o Oeste mais novo, uma vez que o aprendizado dos rudimentares trabalhos da cafeicultura se fazia rapidamente. Assim o fazendeiro dessas áreas selecionou seu elemento de trabalho menos na base de uma experiência agrícola que na disposição de trabalhar intensamente o cafezal” (Beiguelman, p.106).

São Paulo recebeu fluxos de italianos de procedências regionais bastante diversas.² A maior parte dos italianos que chegaram entre os anos de 1876 e 1920 procediam do norte da Itália, mais precisamente do Vêneto. O Vêneto foi a única região da Itália cuja maioria dos imigrantes veio ao Brasil e este fluxo foi mais consistente sobretudo até os primeiros anos do século XX. Nesta região (bem como nas províncias vizinhas da Lombardia), trabalhavam, originalmente, ora como pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros, ora como assalariados (incluindo-se nesta categoria colonos e *braccianti*). Como agricultores em sua origem, compuseram a massa de colonos do café espalhados por todo o oeste paulista. Reproduzir, no novo país, a aspiração de se tornar proprietário, difícil de ser concretizada na terra de origem, alimentou os sonhos da maior parte das famílias do Vêneto chegadas a São Paulo.

Outras regiões localizadas ao sul da Itália também enviaram contingentes expressivos de italianos ao Brasil, entre as quais se destacam a Campania e a Calábria. Neste caso, o contingente migratório abrangeu, em maior proporção que o do Vêneto, indivíduos que vieram sem famílias, algumas vezes nos quadros de uma imigração temporária e originária de pequenas vilas. Em São Paulo, alternaram-se entre as lides rurais mais atinentes ao trabalho de formação das fazendas (ou de diaristas) e a de mascates, pequenos negociantes ou artesãos instalados tanto na capital quanto em muitos municípios do interior.

² As procedências regionais de italianos para o Brasil, agrupadas em períodos distintos, podem ser consultadas em Alvim (1986, p. 62) e Trento (1989, pp. 60 e 268).

Vêneto, Campânia, Calábria e Lombardia foram as quatro regiões que mais contribuíram para o fluxo de italianos ao Brasil (cerca de 60%, entre os anos de 1876 e 1920), mas a emigração para cá a estas não se limitou e abrangeu muitas outras regiões da Itália. Em cada província, há áreas de emigração que forneceram mais contingentes a determinados municípios paulistas, graças ao fenômeno das cadeias e redes migratórias, que engrossou determinados fluxos pela aglutinação de parentes e conterrâneos. Alvim (1986:64-5), por exemplo, se refere à predominância de mantovanos em Ribeirãozinho (atual Taquaritinga), de *oriundi* de Potenza (na Basilicata) em Mococa e de vênetos em São José do Rio Pardo. (Ribeirão Bonito).

Não obstante tais concentrações, o que se verifica quando se investiga a fundo um determinado município, é uma diversidade apreciável de origens regionais. Em São Carlos, por exemplo, tomando-se por base os registros paroquiais de casamento de italianos entre 1869 e 1940, pode-se avaliar o mosaico das diversidades regionais: foram identificados casamentos de cônjuges originários de todas as 20 regiões italianas, 14 das quais apresentando no mínimo 50 indivíduos. Assim, casaram-se apenas em São Carlos, no período em questão, cônjuges nascidos em mais de 500 municípios e vilas distintas do território italiano.

Uma vez que a emigração em massa de italianos ao interior paulista ocorreu menos de duas décadas após ter se completado o processo de unificação do estado e a constituição da Itália como nação, tal circunstância trouxe consequências decisivas para a discussão de uma suposta identidade italiana entre os aqui chegados. A rigor, dificilmente se pode falar em identidade italiana para os emigrantes em seu momento de chegada ao Brasil. Nos quadros de uma Itália recém-unificada, com influências e processos de desenvolvimento regionais historicamente muito distintos, dialetos próprios e diferenças culturais muito acentuadas, sobretudo entre o Norte e o Sul da península, torna-se temerário falar em uma italianidade trazida a São Paulo pelos imigrantes.

Uma perspectiva mais correta seria investigar os processos que presidiram a construção de uma *italianità all'estero*, isto é, aqui construída - processos que se apresentaram àqueles que imigraram, em nosso caso específico, ao interior paulista. Nesse sentido, em

primeiro lugar importa destacar as mudanças na identidade impostas pelo próprio fenômeno migratório. Se na terra de origem havia pouca consciência de pertencimento à nação recém-unificada, a condição comum de imigrante, em contato diário com a população nativa e com outros grupos de imigrantes de outras procedências nacionais, conduziu, aos poucos, ao reconhecimento como italianos.

Soma-se a tal circunstância a própria inserção ocupacional da maioria dos italianos como colonos trazidos para substituir os negros escravos nas plantações de café. Diante da prepotência dos fazendeiros no trato com a mão de obra, e na condição de substitutos efetivos do trabalho escravo nas lavouras, muitos italianos temeram ser tratados como tais. O despotismo patronal extravasava os limites da relação de trabalho para se insinuar em outros domínios da vida privada dos colonos, concretizando-se, por exemplo, como na época da escravidão, no assédio às mulheres.

Apesar de conviverem durante muitos anos com escravos ou, de modo geral, com mão de obra nacional alocada a tarefas que precediam ou complementavam os cuidados e a colheita nos cafezais, os italianos trataram de enfatizar, a todo momento, suas distâncias em relação a negros e mulatos. Era um meio de marcar sua posição relativa superior na hierarquia social vigente nas fazendas, buscando, sobretudo para os fazendeiros, sinalizar seu *status* diferenciado em relação aos negros. Acoplou-se então aí outro elemento da identidade em formação: a necessidade de afirmação racial como brancos, contrastiva em relação aos negros. Comprova este fenômeno o alto grau de conflitos entre italianos e negros observados em processos criminais no interior paulista, usualmente motivados pela insistência dos primeiros em se diferenciar dos últimos, conforme observou Monsma (2006). Frente a tais evidências, não seria demais afirmar que muitos italianos descobriram-se **brancos** no Brasil, já que na própria terra de origem pouco sentido havia em construir uma identidade racializada.

Esta primeira demarcação – racial - de fronteiras entre italianos e negros contou com o apoio, pelo menos tácito, das elites rurais, seja porque os italianos engrossavam a perspectiva de embranquecer a nação, seja porque eram vistos como fator de modernização, dada sua contribuição relevante à formação de um mercado interno, antes inexistente (Trento, 255). Por causa disso, “desenvolvia-se, com respeito ao trabalhador

italiano”, conforme bem observou Paula Beiguelman citando Martinho Prado, “um estereótipo altamente positivo” (Beiguelman, p. 116). Não se trata exclusivamente do trabalho dos italianos, mas tampouco se trata de qualquer trabalho: trata-se do trabalho do imigrante (no qual o elemento italiano teve papel fundamental) e do início da construção de uma ideologia de sucessos individuais, que irá se desenvolver pautada pelo modelo *self-made-man*, conquistada às custas de um trabalho árduo e continuamente alimentada por alguns exemplos de trajetórias percebidas como bem sucedidas. Neste sentido, pode-se afirmar que os italianos no interior paulista ajudaram a fundar uma ética do trabalho, mesmo que pouco coletivista e essencialmente individualista.

De qualquer modo, nos primeiros anos, o desafio maior era superar identidades locais ou regionais em favor de uma identidade nacional. Tratou-se de um longo e difícil processo, para o qual também contribuíram parcialmente, de um lado, a imprensa e as escolas étnicas - pela divulgação de um idioma dominante por cima dos dialetos regionais - e de outro, o movimento étnico associativo e a constituição de elites italianas interessadas em se consolidar localmente.

2. No meio rural

O trabalho em fazendas de café era difícil. Inicialmente, antes da abolição, muitos italianos trabalharam lado a lado com escravos, submetidos à prepotência generalizada dos fazendeiros. A rígida disciplina vigente nas fazendas durante o tempo das senzalas permeou também o regime do colonato, no qual uma labuta diária intensiva no cafezal contracenava com um controle rígido das sociabilidades das famílias, manifesto pelos horários de se trabalhar, de se recolher e nas interdições para a saída das fazendas.

Somava-se a isto a dependência econômica do armazém da fazenda e consequente endividamento progressivo, a falta de assistência médica ou religiosa, os proprietários e administradores despóticos e o isolamento imposto pelo regime de trabalho. Frente a tais condições, aliadas à diversidade (de origens e racial) dos trabalhadores, as mobilizações coletivas de colonos foram muito pouco frequentes. Como observou Holloway (1984, p.160), “a despeito da presença de centenas de trabalhadores, em muitas fazendas individuais, vários fatores inibiram o desenvolvimento do ativismo ideológico ou político

entre os colonos do café. O mais importante era o paternalismo, sempre um instrumento potencial, e amiúde real, de controle e cooptação”.

Alvim (1986:103) queixa-se de que “houve incompreensões de todo nível quanto à falta de uma participação política mais intensa ou de maior organização dos colonos italianos frente a todo tipo de arbítrio a que estiveram submetidos”. Hall (1969) caracterizou a participação política dos italianos no meio rural não como formal, mas como uma luta de resistência aos desmandos dos fazendeiros, e estruturada sobretudo em torno das unidades familiares. As manifestações inequívocas destas formas de resistência política exprimiram-se sob três formas distintas: mobilidade freqüente entre fazendas³, mudança para o ambiente urbano e, no extremo, retorno ao país de origem (ou nova tentativa em outro país, mais comumente a Argentina).⁴

Além de pouco favorecer uma potencial mobilização política, a condição de isolamento dos colonos cerca adentro das fazendas impunha outras limitações. Foerster (1919:298), enfatizou, a este respeito, “o isolamento no qual toda a força de trabalho das fazendas vive, e o nível cívico incrivelmente baixo. Contatos com o mundo exterior são raros. Não é uma coisa incomum filhos de imigrantes bem sucedidos crescerem sem frequentar nenhuma escola elementar.” Mesmo em meados dos anos 20, quando o fascismo já ganhara algum terreno entre os italianos nas cidades, um militante fascista italiano observará, com realismo, “que, apesar do fascismo e, especialmente, da figura de Mussolini, serem muito bem vistos nas fazendas, o fascismo dos colonos era muito superficial e que o sentimento de italianidade deles tinha se tornado muito rarefeito com o passar dos anos. Não se podia esperar outra coisa, porém, de colonos extremamente pobres, em boa parte analfabetos e quase que completamente isolados dos veículos de transmissão da italianidade e da cultura fascista que eram montados nas cidades” (Bertonha, 2001, p. 193).

Tais condições de vida no meio rural não poderiam deixar de impor uma sociabilidade restrita, amiúde confinada ao próprio estabelecimento no qual se trabalha e às fazendas

³ Sobretudo em épocas de colheita, quando a demanda de mão de obra era maior e as condições de barganha mais favoráveis aos colonos.

⁴ Sobre a imigração de retorno, consultar também Trento (1989, pp. 252 e 255).

da vizinhança. Do ponto de vista da reprodução do grupo, tal situação, combinada com a forte influência dos regionalismos entre italianos, acarretou padrões conjugais fortemente endogâmicos, não apenas em relação à nacionalidade, mas também em relação a macro-regiões (Norte e Sul) e mesmo regiões (Vêneto, Calábria, Campania, Lombardia, Abruzzo etc) da Itália (Truzzi, 2010). Pode-se então afirmar que um sustentáculo importante da italianidade resistiu no âmbito das relações privadas, familiares, em particular nas estratégias de casamento, pautadas por uma forte endogamia, pelo menos para os que cruzaram o Atlântico. A partir dos anos 1930 e 1940, é provável que as novas gerações nascidas no Brasil tenham reformado tais condutas, por fatores que estabeleceremos mais adiante.

Ainda no meio rural, os desacertos entre as políticas migratórias da Itália e do Brasil impuseram a partir do início do século XX uma queda significativa no fluxo de imigrantes italianos, em boa parte substituídos por espanhóis e portugueses. Esta descontinuidade na entrada de volumes significativos de imigrantes italianos certamente fez seu papel em debilitar a italianidade, à medida que recém-chegados incessantemente alimentam os vínculos com a terra de origem. Além disso, registre-se o próprio processo de diferenciação social progressivo entre os italianos, sobretudo a partir do século XX, traduzido pelo acesso contínuo a pequenas propriedades. Regra geral, à medida que o século avançava, a expansão da fronteira agrícola em direção a novas terras a oeste do estado - sobretudo no rumo da zona da ferrovia Araraquarense e, mais tarde, da Noroeste - favorecia em alguma medida o estabelecimento de pequenas propriedades conduzidas por imigrantes, italianos especialmente⁵. Cabe notar que a maior parte deles havia trabalhado por anos como colonos em zonas mais antigas, como a Paulista e a Mojiana, e às custas de muita frugalidade, sacrifício e alguma sorte, haviam logrado acumular algum pecúlio para adquirir um pequeno sítio (Holloway, 1984:246-7). Na primeira década do século XX, já “havia propriedades de donos estrangeiros espalhadas por todo o Oeste paulista, e seu número cresceu nos anos seguintes (...) Na medida em que a sociedade agrária cresceu em tamanho e complexidade, da Abolição da Escravatura à Grande Depressão, os fazendeiros paulistas foram suplementados, mais do que substituídos, pela

⁵ Em parte porque os italianos em sua maioria chegaram antes de portugueses e espanhóis. Italianos também se beneficiaram de propriedades que eram fracionadas em áreas antigas, já decadentes do interior paulista.

entrada de imigrantes nos níveis mais baixos do grupo proprietário de terras”. A existência de tais propriedades, embora muito menores que o latifúndio cafeeiro, no mínimo servia, segundo este autor, como *efeito de demonstração*, uma ilusão de oportunidade e mobilidade ascendente, que de algum modo restringia as atitudes coletivas dos trabalhadores das fazendas e debilitava qualquer coesão étnica (Holloway, 1984:246-7).

De qualquer modo, tal circunstância pouco repercutiu sobre o reforço de uma identidade italiana. Além disso, alguns anos depois, a grande depressão dos anos trinta iria atingir indistintamente a todos, colonos, grandes e pequenos proprietários, selando para muitos imigrantes italianos o destino de outra migração para os centros urbanos.

No meio urbano

Nas cidades do interior paulista a discussão sobre italianidade se coloca sob outros moldes, porque tanto o associativismo étnico, quanto as oportunidades para a mobilidade sócio-econômica foram mais relevantes neste contexto. Iniciando a discussão sobre este último ponto, convém notar que na maior parte das cidades interioranas os italianos acabaram por praticamente dominar o comércio e os ofícios, estes amiúde germens da indústria local incipiente. Foerster (1919: 316), por exemplo, impressionou-se pelo fato de que, mesmo fora das lavouras, “acham-se italianos em todas as cidades menores de São Paulo. Aqui um italiano dirige o principal hotel da cidade, lá controla lojas de comércio, ali lidera uma banda de música e acolá é o único médico disponível”.

Alguns desses imigrantes, conforme apontou Dean (1977), já haviam trazido consigo alguma experiência profissional de seus países de origem, ou no mínimo alguma vivência urbana, o que favoreceu o processo de mobilidade nos anos de pleno vigor da economia cafeeira. Finda a abolição, constituiu-se um mercado consumidor relevante, que abriu diversas oportunidades, aproveitadas por italianos, num padrão em que os mais jovens assimilavam habilidades e ofícios como aprendizes dos mais experientes. O começo pôde ter sido bastante modesto, ora desenvolvidas atividades simples como a do mascate, ora praticados ofícios diversos em fundos de quintal. Mas o pouco interesse ou habilidade

dos nacionais por atividades desse tipo fez com que os imigrantes de modo geral, e os italianos em particular, prosperassem nesses setores. Ao longo de todo o período conhecido como Primeira República, em todas as regiões do interior paulista onde a economia cafeeira se desenvolveu, encontram-se italianos tanto no comércio ou na pequena indústria.

Estava em curso, pelo menos para uma fração da colônia italiana, um processo de mobilidade social nas cidades do interior paulista, mais acentuado que no campo. As vantagens mais patentes da vida nas cidades eram uma sociabilidade mais ampliada, a possibilidade de os filhos estudarem e as assistências médica e religiosa mais acessíveis. Diferentemente da capital ou de Campinas (a maior cidade do interior paulista), onde a industrialização já havia avançado, não havia ainda, na maior parte dos outros municípios do interior, um processo de proletarização em massa que subordinasse a massa de italianos à rígida disciplina industrial reinante na grande indústria. Estas eram aqui e ali salpicadas pelo interior paulista, em meio a uma profusão de pequenas indústrias, oficinas de fundo de quintal e casas comerciais nas quais os italianos abundavam quase absolutos.⁶

O importante a reter é que, ao cabo de alguns anos, foi mais ou menos inevitável que alguns dentre estes italianos tivessem prosperado e que pretendessem, agora, conquistar novas posições. Neste sentido, a constatação mais importante a se fazer é que, aos poucos, constituíram-se elites locais de origem italiana na maior parte das cidades médias do interior paulista.

Tal elite étnica local, de domicílio urbano, já se insinuava desde os albores da chegada de italianos a São Paulo. Como a imigração italiana foi bastante volumosa, ela abrigou, em meio à massa impressionante de famílias colonas, também alguns elementos que já contavam, ora com uma extração social mais favorável, ora com diplomas obtidos ainda na terra de origem, ou ainda que lograram uma rápida mobilidade, seja porque foram economicamente bem sucedidos, seja porque se casaram em famílias da oligarquia local. São os que Alba e Nee (2003) denominam “atravessadores de fronteiras”, imigrantes que

⁶ Este também é um dos motivos que explicam uma mobilização operária episódica na maioria das cidades do interior paulista, perceptível apenas em conjunturas de intensa politização, como por ocasião da grande greve ocorrida em 1917.

conquistaram, individualmente e precocemente, uma inserção privilegiada na sociedade de destino.

Nesses casos, tais elementos mantinham relações, ainda na Primeira República, com os coronéis oligarcas que dominavam o poder local, atuando como uma espécie de porta-voz de seus conterrâneos. Em um ambiente político totalmente controlado por coronéis proprietários de terra, a presença episódica de imigrantes ou descendentes pode também ter cumprido a função ideológica de acenar para a massa de trabalhadores dessa origem a possibilidade de ascensão econômica e social. Se um deles, originário da mesma terra, era aceito nos círculos da elite que controlavam o município, isso deveria significar que o valor da origem, da “raça”, era em alguma medida reconhecido, e que as vias da ascensão econômica e social estavam abertas.

A maior parte desta elite étnica já havia se envolvido com a fundação e desenvolvimento de associações italianas. Estas representaram uma instância de articulação significativa da italianidade e apresentaram uma evolução interessante. A princípio, houve obviamente muitas dificuldades iniciais de arregimentação e entendimento entre estratos de uma colônia cujas diferenças regionais de origem eram muito acentuadas, conforme já se observou. Em algumas cidades, tais clivagens custaram a ser superadas, como em São Carlos, onde coexistiram por décadas duas associações italianas, uma delas congregando quase exclusivamente italianos do sul (Truzzi, 2008). Inicialmente, a maior parte das associações abraçava ideais mutualistas, ao buscar oferecer várias modalidades de auxílio a seus associados. Este atendimento assistencial beneficente, ainda que sujeito a todo tipo de percalços financeiros e que pouco atingia a população italiana majoritariamente rural, constituiu um elemento importante de reforço da italianidade.

Porém, ao longo do tempo, por cima das diferenças regionais, acumularam-se também, diferenças econômicas e sociais entre os membros das associações e, a partir daí, interesses divergentes. Como amiúde ocorre em processos de conformação de elites étnicas locais, seus diretores passaram a obedecer uma dupla agenda, não raro conflitante: de um lado, atender aos anseios da colônia italiana, por vezes reforçando a identidade desta e os vínculos com a terra natal; de outro, extrapolar os limites da própria colônia e integrar as elites locais, dominantes em cada município, diluindo assim, seu caráter étnico. A busca simultânea por prestígio interno (reconhecimento pela massa da

colônia) e externo (pelas elites oligárquicas locais) encerrou uma ambiguidade que vertebrou muitas das rivalidades e disputas sobre quem fala em nome dos italianos no seio das associações.⁷

Ao longo dos anos, e à medida que as diferenças econômicas e sociais se adensaram, este tipo de tensão permeou o cotidiano das associações, fragilizando-as. Embora numerosas pelo interior paulista, muitas padecerão desta espécie de fraqueza congênita (inclusive financeira), aprisionadas pelo espírito regionalista, subjugadas pelas disputas de líderes sem visão, pela apatia reinante no grosso da colônia e pela escassa penetração em áreas rurais. Sendo assim, como notou Foerster (1919:318), o espírito coletivista das associações ficava restrito a mobilizações episódicas, como o 20 de setembro, ou para ocasiões envolvendo tragédias na terra de origem: enchentes no vale do Pó, erupções do Vesúvio, epidemias de cólera em Nápoles, terremotos na Calábria, Sicília e Abruzzo; ou ainda a aniversários de morte ou nascimento de líderes, como Garibaldi, Vittorio Emanuele II ou Umberto I.

Para os italianos, o clima de dificuldades para reforçar uma identidade étnica que em geral reinou no associativismo no interior paulista somente se alteraria com a emergência do fascismo na terra de origem, que representou uma alteração no modo como o governo italiano passou a conceber os emigrantes fixados no exterior. Do abandono habitual que praticamente deixava os italianos relegados a sua própria sorte, o governo fascista passou a enxergar com interesse a preservação dos laços da coletividade italiana com a pátria mãe, tendendo a ver os imigrantes como representantes e propagandistas potenciais dos interesses econômicos e políticos de uma nova Itália, que redefiniria positivamente seu papel no cenário das nações.

No cenário das potências europeias, a Itália se fortalecia. Militarmente, o ápice da aventura fascista no pré-guerra culminou com a conquista da Abissínia (posteriormente Etiópia), em 1936. Para as comunidades italianas fora da Itália, implementava-se uma

⁷ Outro elemento muito significativo que, ainda na Velha República, favoreceu a articulação entre imigrantes italianos e elites locais no meio urbano, foram as lojas maçônicas. Nem sempre há informações disponíveis a esse respeito, mas os dados apurados em São Carlos, Araraquara e Catanduva são suficientes para ilustrar sua relevância como instituição.

política muito mais ativa, cuja espinha dorsal sustentava ser inconcebível haver italianidade fora do fascismo.

Em alguma medida, os fascistas lograram promover, na mente dos emigrantes italianos, esta identidade entre regime e nação. Os efeitos de tal política logo se fizeram sentir na capital paulista e em todo interior do estado (sobretudo após a chegada do cônsul Mazzolini a São Paulo, em 1928) e pode ser atestada pelo compêndio *Lo Stato di San Paolo nel Cinquantenario dell'Immigrazione*, organizado por Salvatore Pisani e publicado em 1937, que descreve, com riqueza de detalhes e abundância de nomes, a abrangente rede dos *fasci* montada em quase todas as cidades de algum porte do estado.

Como consequência, assiste-se nas cidades do interior ao progressivo aparelhamento das associações, em um ambiente onde a resistência ao fascismo encontrava muitas dificuldades para se organizar,⁸ inclusive porque eram apoiados pela estrutura consular. Os italianos e seus descendentes radicados no Brasil pela primeira vez podiam olhar com certa admiração esta espécie de “promoção” da nação da qual provinham ao concerto dos países mais poderosos, ainda que uma militância pró-fascista fosse mais restrita às elites de *oriundi* e granjeasse apenas certa simpatia entre os estratos mais populares, a maior parte deles nesta altura já instalados no Brasil há várias décadas.

Assim, todo o aparelho étnico-institucional abrangido pelos consulados, escolas, associações e imprensa, presente em vários municípios do interior paulista, mais cedo ou mais tarde comungou dos ideais fascistas e se engajou nesta formidável empreitada doutrinária nacionalista. É plausível que nos meios interioranos as diferenças sociais na comunidade fossem menos agudas que na capital, o que favorecia as relações sociais e a congregação dos italianos em festas e atividades promovidas pelos *fasci* (Almeida Jr., 1997; Bertonha, 2001, p. 209).

Porém, do ponto de vista da já anêmica vida associativa, Bertonha (2001, p. 161) pondera ser “difícil saber se a ação fascista prejudicou a existência das associações, mas é

⁸ Diferentemente da Argentina, onde o anti-fascismo foi muito mais organizado e atuante (Devoto, 2006). Para a menção de alguns núcleos de resistência ao fascismo no interior paulista, consultar Bertonha (2001, pp. 205-8).

evidente que ela não conseguiu eliminar na íntegra os velhos problemas que afetavam o seu desenvolvimento e nem conter o processo de absorção cultural dos italianos e seus filhos, o qual afastava cada vez mais essas pessoas da vida associativa italiana local e que implicava, obviamente, na sua lenta decadência”.

De qualquer modo, não se pode negar, sobretudo tendo-se em conta a influência inicial dos regionalismos no caso italiano, que o fascismo consolidou a italianidade, reforçando, pelo menos até o final dos anos trinta, o sentido de pertencimento à nação de origem. Mas o fez não de forma homogênea. Em primeiro lugar, como já apontado, a diminuição contínua e cada vez maior dos fluxos migratórios de italianos a partir dos primeiros anos do século XX debilitava a adesão ao fascismo. Como reconheciam os próprios propagandistas dos regime, “sem fluxos renovadores de migrantes italianos e com a assimilação rápida destes (e, especialmente, dos seus filhos) no exterior, a batalha pela manutenção da italianidade entre o italianos fora da Itália estava, desde os seu início, perdida e que tudo o que o fascismo poderia fazer era tentar se adaptar a isso (Bertonha, 2001, p. 31).

Como esperado, havia então uma clivagem geracional: o entusiasmo foi maior entre os imigrantes nascidos na Itália do que entre *oriundi* nascidos no Brasil. Estes sentiam-se muito mais brasileiros do que italianos e, quando tiveram que abraçar um partido após o movimento de 1932 em São Paulo, sentiram-se mais à vontade em se declarar integralistas⁹ do que militantes fascistas (Bertonha, 2001, p.197).

Além disso, a recepção ao fascismo foi vincada por diferenças de classe. Castaldi (Hutchinson, 1960), por exemplo, apontou como italianos recém-chegados à classe média, à medida que ascendiam socialmente, foram tomando suas distâncias em relação à cultura dialetal e de aldeia com que haviam aportado, para cada vez mais abraçar uma cultura italiana oficial – e, a partir do final dos anos 20, fascista – que lhes rendia maior reconhecimento. Industriais e negociantes em geral, sobretudo proprietários de casas importadoras espalhadas por todo o interior paulista e que mantinham contatos ou mesmo se deslocavam amiúde para a Itália, conservavam vínculos maiores com a terra de origem

⁹ Sobre as relações íntimas entre integralismo e fascismo (incluindo-se aportes financeiros do governo fascista para apoiar as operações do integralismo no Brasil), consultar Trento (1989) e Bertonha (2001).

e estavam mais sujeitos aos apelos do nacionalismo fascista, inclusive porque vislumbravam a perspectiva de lucrar com o incremento de suas atividades comerciais. O fascismo representava, para eles, uma oportunidade de reafirmar seu papel de liderança à frente de sua comunidade étnica e, ao mesmo tempo, de se fortalecer perante a sociedade local mais abrangente. Por causa disso, as elites italianas locais foram as maiores interessadas em afirmar tal espírito nacionalista.

Assim, embora relativamente envolvente no que diz respeito, sobretudo, aos estratos italianos de classe média radicados em áreas urbanas do interior paulista, o cortejo do fascismo durou pouco mais de uma década. Já ferido de morte pelos desenvolvimentos políticos decorrentes da decretação do Estado Novo, o golpe final no Brasil veio em 1942, com a entrada do país na segunda guerra e, no plano internacional, com a derrota da Itália no confronto.

Desdobramentos políticos na terra de adoção - São Paulo - também produziram seus efeitos sobre como evoluíram as identidades dos italianos e de seus descendentes. Nos anos 30, novos mecanismos de participação no processo decisório local foram surgindo, dentre eles a atuação das associações comerciais em cada município, que, a partir de então, passaram a ter uma inserção permanente na vida política local. Para nossos propósitos, o relevante é que a grande maioria dos diretores dessas associações era composta de indivíduos de origem italiana, que, como já se viu, haviam se fixado como pequenos industriais e comerciantes nas cidades. Os anos trinta foram época propícia para que estas elites italianas locais, já enquistadas nas associações italianas, procurassem ampliar seus interesses econômicos e de prestígio social para a esfera das associações comerciais e industriais locais.

“O que sobressai e é muito significativo na história da criação das associações comerciais do interior paulista é que muitas delas iniciaram, aproximadamente no mesmo período, suas atividades nas sedes de associações de imigrantes: a de São Carlos na Espanhola, a de Araraquara na União Síria, as de Bauru, Catanduva e Franca nas respectivas Sociedades Italianas” (Truzzi et al., 2012).

Com o tempo, as associações comerciais se fortaleceram, tornando-se um consistente grupo de interesse na política local. Em alguns casos, lado a lado com as associações

étnicas, elas tomaram para si um papel muito expressivo já na organização local do movimento de 1932¹⁰, e no clima de polarização ideológica que precedeu, antes do Estado Novo, a Constituinte de 1934 e as eleições municipais de 1936.

Em contrapartida, a partir de novembro de 1937, para os que cultivavam suas origens étnicas em associações, os tempos não foram muito fáceis, pois o Estado Novo adotou uma ideologia nacionalista forte, que limitou severamente as atividades de associações de estrangeiros, em boa parte dos exemplos impedindo na prática seu funcionamento. No caso dos italianos, que constituíram um fluxo migratório já antigo, elas foram asfixiadas por uma legislação que, a partir de 1938, impedia a participação de brasileiros (incluindo filhos de imigrantes) e naturalizados. De um ponto de vista institucional, esse momento consubstancia a impossibilidade de se cultivar a italianidade e, sobretudo, de se fazer política a partir das associações italianas. Entretanto, não significou o alijamento dos estratos da elite italiana em cada município: exigiu-se apenas que elas passassem a canalizar seus interesses a partir de uma perspectiva profissional ou mesmo classista.

Em muitos casos, como já se observou, as associações comerciais, fundadas nas próprias associações étnicas - muitas destas já aparelhadas por elites italianas urbanas de comerciantes e industriais -, continuaram a abrigar os interesses de tais elites, porém agora não mais definidos etnicamente, mas por critérios de inserção socioeconômica, em uma palavra, por critérios de classe. É significativo observar como em algumas trajetórias familiares as alternativas de inserção política se redefiniram de uma geração a outra e como o assim chamado "capital étnico" se transmudou em capital social e político.

Se a primeira geração, instalada nas cidades do interior paulista, havia se valido de trunfos étnicos para aumentar seu capital de relações sociais, participando ativamente de associações étnicas, a geração seguinte entrará na política participando de associações comerciais, profissionais e esportivas. Isso significa afirmar que a italianidade (cultivada

¹⁰ Cumpre ressaltar que esse episódio, dado o alto grau de mobilização de todos os estratos sociais em cada um dos municípios, serviu para atenuar as distâncias sociais entre as antigas elites e os setores urbanos (trabalhadores, comerciantes e industriais) de origem italiana. Grupos sociais de origens muito distintas acabaram sendo mobilizados diante de um inimigo comum, aparando arestas e evidenciando, pela primeira vez em cidades do interior paulista, que os italianos trazidos a princípio apenas para o trabalho nas lavouras de café haviam sido requisitados a tomar partido em um episódio de natureza política, participando e lutando muitas vezes ombro a ombro com setores da elite local.

pelas associações, imprensa, escolas etc.) não podia mais servir como critério de legitimação social e política para tais agentes sociais a partir do final dos anos 30.

Assim, a italianidade em nada influirá como demarcação entre os pertencentes ou não pertencentes ao *mainstream* da política local. Em 1942, a entrada do Brasil na guerra em confronto com os países do Eixo (aos quais a Itália se aliava), bem como a campanha de combatentes brasileiros no próprio território italiano, apenas agravaram a situação. Assim, quando a redemocratização ocorrer em meados dos anos 40, os descendentes de italianos que entrarão na política local não se valerão de suas origens étnicas para conseguir se eleger. Boa parte dos filhos de italianos eleitos pisará as câmaras municipais e prefeituras não como representantes de seu grupo étnico, mas apenas como indivíduos, cem por cento brasileiros, que desfrutaram de trajetórias de mobilidade social.

A partir de então, esta nova condição se impôs de modo abrangente: para o grosso da colônia, já distante da experiência migratória, a evocação de uma italianidade carecia de sentido e, ademais, tornara-se imprópria no contexto político. Tal situação não foi revertida pelo novo fluxo migratório de italianos chegados no pós-guerra, seja em virtude de sua pouca expressão numérica, seja porque tais imigrantes, de perfil diferenciado, tinham muito pouco interesse em cultivar a italianidade, o que exigiria um grau mínimo de identificação com a anterior massa migratória de colonos.

REFERÊNCIAS

- Alba, R. and Nee, V. *Remaking the American Mainstream: Assimilation and Contemporary Immigration*. Harvard Un. Press, 2003.
- Almeida Jr., A. 1936 – *A comunidade italiana de Capivari entre o Fascio e o Sigma*. Piracicaba: UNIMEP, 1997.
- Alvim, Z. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Beiguelman, P. *Formação do Povo no Complexo Cafeeiro, A : Aspectos Políticos*. São Paulo: Edusp, 2005.
- Bertonha, J F. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.
- Bertonha, J. F. *Os Italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- Bianco, M E B. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886 – 1895) . Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 1982, mimeo.*
- Censo de 1907. São Carlos, 1907 (manuscrito).
- Dean, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Devoto, F. *Historia de los italianos en la Argentina*, Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.
- Foerster, R F. *The Italian emigration of our times*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1919.
- Franzina, E. *A Grande Emigração - o Êxodo dos Italianos do Vêneto Para o Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.
- Hall, M. (1969). *The origins of mass immigration in Brazil*. Tese de Doutorado, New York.
- Holloway, T. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Hutchinson, B. *Mobilidade e trabalho; um estudo na cidade de São Paulo*. (Diretor da pesquisa): Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, Ministério da Educação e Cultura, 1960. (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Publicações. Série VIII: Pesquisas e monografias, v. 1)

- Monsma, K. Symbolic conflicts, deadly consequences: fights between Italians and blacks in western São Paulo, 1888-1914. *Journal of Social History*, v. 40, n.4, p. 1123-1152, 2006.
- Nugent, W. *Crossings: The Great Transatlantic Migrations, 1870-1914*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.
- Oliveira, F. *Impasses no Novo Mundo – imigrantes italianos na conquista de um espaço social na cidade de Jaú (1870-1914)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
- Pisani, S. *Lo Stato di San Paolo nel Cinquantenario dell'Immigrazione*. São Paulo, 1937.
- Santos, I. P. *A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895* (disp. em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/>). Trento, A. *Do Outro Lado do Atlântico - um Século de Imigração Italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- Trento, A. *Italianità in Brazil: A Disputed Object of Desire*. In: Tomasi, L. et al. *The Columbus People: Perspectives in Italian Immigration to the Americas and Australia*. New York: Center for Migration Studies, 1994.
- Trento, A. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- Truzzi, O. *Café e indústria. São Carlos, 1850-1950*. São Paulo: IMESP e EdUFSCar, 2008.
- Truzzi, O. *Pautas matrimoniais na economia cafeeira paulista: São Carlos, 1860-1930*. Encontro da ABEP, 2010 (disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_10/abep2010_2290.pdf)
- Truzzi, O.; Miceli, M. T.; Barbosa, A. *Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, núm. 80, outubro, 2012, pp. 135-151.